

NSX BETFAIR BRASIL S.A.

(CNPJ nº 55.229.080/0001-43 | NIRE 3530065925-2)

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 23/09/2025 (JUCESP – nº 383.508/25-3 em 23/10/2025)

1. Data, Hora e Local:

Realizada no dia 23 de setembro de 2025, às 09:30 horas, na sede da NSX Betfair Brasil S.A. ("Companhia"), na cidade de SP/SP, na Av. Paulista, 352, conj. 76, Bela Vista, CEP 01310-905.

2. Presença:

Presença dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas.

3. Convocação:

Foram dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista o comparecimento dos acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A.").

4. Mesa:

João Guilherme Monte Studart, Presidente; Eduardo Lima Monte, Secretário.

5. Ordem do Dia:

Deliberar sobre: (i) a modificação do Estatuto Social da Companhia para (a) alterar o endereço da sede da Companhia, (b) alterar a designação dos cargos de "Diretor sem designação específica" e "Diretor Contábil e Financeiro", que passarão a ser denominados, respectivamente, "Diretor Administrativo" e "Diretor Financeiro", bem como (b.I) ratificar a composição da Diretoria da Companhia com a nova denominação dos cargos; e (c) alterar as regras de representação da Companhia; (ii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iii) a autorização para que a administração da Companhia pratique todos e quaisquer atos necessários ou convenientes à implementação das deliberações anteriores.

6. Deliberações tomadas por unanimidade:

6.1. Aprovar a alteração do endereço da sede da Companhia, que passa a ser localizada na cidade de SP/SP, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3600, Conj. 72, 7º andar, Parte, Itaim Bibi, CEP 04538-132.

6.2. Aprovar,

em decorrência da deliberação acima, a alteração da redação do Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 2º. A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3600, Conjunto nº 72, 7º andar, Parte, Itaim Bibi, CEP 04538-132.".

6.3. Aprovar

a alteração da designação dos cargos de "Diretor sem designação específica" e "Diretor Contábil e Financeiro", que passarão a ser denominados, respectivamente, "Diretor Administrativo" e "Diretor Financeiro", de modo que o Artigo 15 do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 15. A Diretoria será composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) membros, com um mandato unificado de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, que podem ser designados de acordo com os títulos abaixo: (i) 1 (um) Diretor-Presidente, responsável pelos negócios e operações da Companhia, de acordo com o plano de negócios, orçamento anual e demais competências previstas no Acordo de Acionistas; (ii) 1 (um) Diretor Financeiro, responsável pela área prevista no art. 8º, §2º, I, da Portaria SPA/MF nº 827, de 21/05/2024; (iii) 1 (um) Diretor de Integridade e Compliance, responsável pela área prevista no art. 8, §2º, IV, da Portaria SPA/MF nº 827, de 21/05/2024; (iv) 1 (um) Diretor de Atendimento aos Apostadores e Ouvidoria, responsável pela área prevista no art. 8, §2º, V, da Portaria SPA/MF nº 827, de 21/05/2024; (v) 1 (um) Diretor de Relacionamento com a Secretaria de Prêmios e Apostas/Ministério da Fazenda, responsável pela área prevista no art. 8, §2º, VI, da Portaria SPA/MF nº 827, de 21/05/2024; e (vi) 1 (um) Diretor de Operações; e (vii) 1 (um) Diretor Administrativo.".

6.4. Ratificar,

em razão de deliberação do Item 6.3 acima, a composição da Diretoria da Companhia, com mandato unificado até 13/05/2028, conforme quadro abaixo:

Diretores	Cargos(s)
João Guilherme Monte Studart	Diretor-Presidente
Eduardo Lima Monte	Diretor de Operações
Stcphane Guillaume Nicolas Kaloudoff	Diretor Financeiro
Fernando Martinez Calia	Diretor Executivo de Integridade e Compliance
	Diretor de Relacionamento com a Secretaria de Prêmios e Apostas/Ministério da Fazenda
Eduardo Gasparetto	Diretor de Atendimento aos Apostadores e Ouvidoria
Luiz de Andrade Lima Neto	Diretor Administrativo

6.5. Aprovar

a alteração das regras de representação da Companhia, de modo que o Artigo 19 do Estatuto Social passe a vigorar com a seguinte nova redação: "Artigo 19. Observados os Parágrafos deste Artigo, as demais disposições deste Estatuto Social e o Acordo de Acionistas, a Companhia será representada e obrigada-se mediante assinatura: (i) do Diretor-Presidente, isoladamente; (ii) de 2 (dois) membros da Diretoria, em conjunto, sendo um deles necessariamente, (a) o Diretor Financeiro, ou (b) o Diretor de Integridade e Compliance, ou (c) o Diretor de Operações, ou (d) o Diretor Administrativo; (iii) de 1 (um) procurador em conjunto com (a) o Diretor Financeiro, ou (b) o Diretor de Integridade e Compliance, ou (c) o Diretor de Operações, ou (d) o Diretor Administrativo; ou (iv) de 2 (dois) procuradores, em conjunto, desde que nomeados com poderes especiais por procuração que delimite, de forma específica e expressa, o ato a ser praticado em nome da Companhia. §1º - Não será admitida a representação da Companhia por procurador, nos termos dos itens (iii) e (iv) do Artigo 19, para a celebração, alteração ou rescisão de contratos de natureza financeira, tais como contratos de empréstimo e financiamento, independentemente do valor. §2º - Dependerá da assinatura do Diretor-Presidente, de forma isolada, ou de 2 (dois) membros da Diretoria, sendo um deles necessariamente o Diretor de Operações, a prática, em nome da Companhia, de atos que, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas, resultem em: (i) outorga ou criação de qualquer espécie de garantia pela Companhia; (ii) celebração, rescisão ou alteração de quaisquer contratos que gerem obrigações para a Companhia em valor superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), incluindo, mas sem se limitar, contratos financeiros ou de prestação de serviços; (iii) aquisição, alienação ou oneração de ações, quotas ou quaisquer outros títulos ou valores mobiliários de emissão de outras sociedades ou fundos de investimentos pela Companhia. §3º - Observado o disposto no §1º deste Artigo 19, a Companhia poderá outorgar procurações para sua representação, mediante a assinatura do Diretor-Presidente, de forma isolada, ou de 2 (dois) membros da Diretoria, de forma conjunta, sendo um deles necessariamente, (a) o Diretor Financeiro, ou (b) o Diretor de Integridade e Compliance, ou (c) o Diretor de Operações, ou (d) o Diretor Administrativo. As procurações deverão conter a descrição completa dos poderes conferidos e, com exceção daquelas outorgadas a advogados para representação em processos judiciais ou administrativos, deverão ter prazo de validade determinado de até 12 (doze) meses e vedar o subestabelecimento, no todo ou em parte.".

6.6. Aprovar,

tendo em vista as deliberações acima, a nova redação do Estatuto Social da Companhia, que está anexado a este documento como Anexo I, autenticado pela Mesa e que será arquivado na sede da Companhia.

6.7. Autorizar

a administração da Companhia a praticar todas e quaisquer atos necessários ou convenientes para a implementação das deliberações acima.

7. Encerramento e assinaturas:

Não havendo mais assuntos a serem discutidos, e como nenhum dos presentes desejava fazer uso da palavra, a reunião foi encerrada e esta ata foi preparada em forma de sumário, de acordo com o Artigo 130, §1º, da Lei das S.A., a qual, tendo sido lida e achada em ordem, foi assinada por todos os presentes.

Mesa:

João Guilherme Monte Studart, Presidente; Eduardo Lima Monte, Secretário.

Acionistas presentes:

Betfair Brasil Holdings Ltda.; João Guilherme Monte Studart; Rafael Medeiros da Silva Moreira; Leonardo Ciseiros Trigueiro; Paulo Roberto de Carvalho Barbosa; Eduardo Gasparetto; Gustavo Andrade Rocha; Willian Martins Silveira; Lucas Sanches Gasull; Luiz de Andrade Lima Neto; Guilherme Henrique Aragão Dias; Jonathan Jander Richtel; Marcos Felipe Bazzo da Costa; Eduardo Lima Monte; René Gomes de Mattos Faria Neves; e Rafael Barbosa Moraes.

Anexo I:

Estatuto Social Consolidado, transcrito abaixo.

Estatuto Social - Capítulo I. Denominação, Sede, Foro e Duração:

Artigo 1º. A NSX Betfair Brasil S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado regida pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, de 15/12/1976 conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

Artigo 2º. A Companhia tem sede e foro na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3600, Conjunto nº 72, 7º andar, Parte, Itaim Bibi, CEP 04538-132.

§Único -

A Companhia poderá, por deliberação da Diretoria, abrir, transferir, e/ou encerrar filiais, escritórios, subsidiárias e quaisquer outras instalações, no país ou no exterior.

Artigo 3º. A Companhia tem prazo de duração indeterminado.

Capítulo II. Objeto Social:

Artigo 4º. A Companhia tem como objeto social as atividades de: (i) exploração de apostas de quota fixa, nos termos da Portaria SPA/MF nº 827, de 21 de maio de 2024 (CNAE 9200-3/99); (ii) participação direta ou indireta no capital social de outras sociedades, como acionista ou quotista (CNAE 662-0/00); e (iii) prestação de serviços de consultoria em publicidade e propaganda (CNAE 7319-0/04).

Capítulo III. Capital Social e Ações:

Artigo 5º. O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 2.619.845.768,22 (dois bilhões, seiscentos e dezenove milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, setecentos e sessenta e oito reais e vinte e dois centavos), dividido em 4.589.247.502 (quatro bilhões, quinhentos e oitenta e nove milhões, duzentas e quarenta e sete mil, quinhentas e duas) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

§1º -

Cada ação ordinária dará ao seu titular direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Os acionistas deverão votar, assim como exercer seus direitos, em estrito cumprimento aos termos deste Estatuto Social, do Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia ("Acordo de Acionistas") e da Lei das Sociedades por Ações.

§2º -

Em caso de aumento de capital, é assegurado aos acionistas o direito de preferência na subscrição das ações a serem emitidas, na proporção do número de ações de que forem titulares, conforme estabelecido no Acordo de Acionistas.

§3º -

A Companhia, nos termos da lei, poderá adquirir ações de sua emissão para cancelamento, manutenção em tesouraria ou posterior alienação, mediante deliberação da Assembleia Geral, observadas as normas legais e demais disposições aplicáveis.

§4º -

A propriedade das ações será comprovada pela inscrição do nome do titular no Livro de Registro de Ações Nominativas.

§5º -

É vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias.

Artigo 6º. A Companhia só registrará a transferência de ações em que forem observadas as disposições pertinentes previstas na legislação aplicável ao objeto social da Companhia e no Acordo de Acionistas, conforme aplicável.

Capítulo IV. Assembleia Geral:

Artigo 7º. A Assembleia Geral reunir-se-á, (i) ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao término do exercício social, para os fins previstos na Lei das Sociedades por Ações; e (ii) extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem, observadas as disposições deste Estatuto Social, da legislação aplicável e do Acordo de Acionistas a respeito da sua convocação, instalação, condução e competência.

§1º -

A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por qualquer dos membros do Conselho de Administração presentes e nomeados na forma prevista no Acordo de Acionistas.

O presidente da Assembleia Geral escolherá entre os presentes o secretário da mesa.

§2º -

Os acionistas poderão participar da Assembleia Geral por vídeo, teleconferência ou qualquer outro meio que permita identificação do acionista e comunicação simultânea com os demais participantes da Assembleia Geral.

§3º -

Os acionistas poderão ser representados na Assembleia Geral por procuradores nomeados na forma do artigo 126, §1º, da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 8º. A Assembleia Geral deverá ser convocada por qualquer dos membros do Conselho de Administração ou pelo Diretor-Presidente, em conformidade com os termos do artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações, deste Estatuto Social e do Acordo de Acionistas.

§1º -

A Assembleia Geral deverá ser convocada com, ao menos 10 (dez) dias úteis de antecedência, devendo os editais de convocação conter local, data e hora da assembleia, indicação detalhada da ordem do dia e, no caso de reforma do Estatuto Social, indicação da matéria a ser tratada.

Além da publicação dos editais de convocação na forma da Lei das Sociedades por Ações, os acionistas também deverão ser convocados via e-mail, no mesmo prazo aqui previsto, contendo as informações e documentos estabelecidos no Acordo de Acionistas.

§2º -

Considerar-se-á dispensada a convocação de uma Assembleia Geral a que comparecer a totalidade dos acionistas da Companhia.

§3º -

A Assembleia Geral será instalada, em primeira convocação, com a presença dos acionistas representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) do capital social com direito a voto da Companhia, sendo certo que se tal quórum não for cumprido dentro de 1 (uma) hora a partir do horário agendado para a Assembleia Geral ou se, durante a reunião, o quórum deixar de ser cumprido por um período superior a 30 (trinta) minutos, a Assembleia Geral será adiada para o mesmo local e horário, 10 (dez) dias úteis após a data original.

Nesse caso, a Assembleia Geral será instalada, em segunda convocação, com a presença de acionistas representando, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) do capital social com direito a voto da Companhia.

§4º -

Das Assembleias Gerais serão lavradas atas em livro próprio, as quais serão assinadas pelos acionistas presentes.

Artigo 9º. Compete à Assembleia Geral deliberar sobre as matérias previstas na legislação aplicável e no Acordo de Acionistas, sendo que todas serão deliberadas por maioria simples de votos dos acionistas presentes, não sendo computados os votos em branco, exceto as matérias sujeitas a quórum qualificado por força da legislação aplicável ou do Acordo de Acionistas.

Capítulo V. Administração:

Seção I. Disposições Gerais:

Artigo 10. A Companhia será administrada pelo Conselho de Administração e por uma Diretoria, os quais terão os seus poderes e responsabilidades fixados na legislação, neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas.

§Único -

A remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria deverá ser estabelecida pela Assembleia Geral e a alocação da referida remuneração será determinada pelo Conselho de Administração.

Seção II. Conselho de Administração:

Artigo 11. O Conselho de Administração será composto por 5 (cinco) membros efetivos, dentre os quais 1 (um) será o Presidente do Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração, que poderão ser ou não residentes no Brasil, serão nomeados e destituídos conforme previsto no Acordo de Acionistas, para um mandato unificado de 3 (três) anos,

sendo permitida a reeleição.

§1º -

O Presidente do Conselho de Administração, nomeado e eleito na forma do Acordo de Acionistas, terá como atribuições específicas presidir as reuniões do Conselho de Administração e indicar o respectivo secretário, que poderá ser algum dos demais membros do Conselho de Administração, advogado da Companhia ou qualquer funcionário da Companhia.

Nas suas ausências ou impedimentos, o Presidente do Conselho de Administração será substituído em suas atribuições por outro membro do Conselho de Administração eleito na forma do Acordo de Acionistas.

§2º -

Em caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer membro do Conselho de Administração, este poderá se fazer representar por outro conselheiro expressamente autorizado para esse fim, mediante a outorga de procuração com poderes específicos, a qual deverá ser encaminhada à Companhia ao menos 3 (três) dias úteis antes da respectiva reunião do Conselho de Administração (ou em prazo inferior, conforme aplicável, nos termos do Acordo de Acionistas).

§3º -

Na hipótese de destituição, renúncia, substituição, impedimento permanente, ou qualquer outro evento que resulte na vacância do cargo de qualquer membro do Conselho de Administração, deverá ser eleito um substituto nos termos do Acordo de Acionistas.

Artigo 12. As reuniões do Conselho de Administração ocorrerão, (i) ordinariamente, 4 (quatro) vezes a cada exercício social, em qualquer intervalo, conforme apropriado; (ii) extraordinariamente, sempre que necessário, observadas as disposições deste Estatuto Social, da legislação aplicável e do Acordo de Acionistas a respeito da sua convocação, instalação, condução e competência.

§1º -

As reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por quaisquer dos membros do Conselho de Administração, por meio de aviso enviado via carta registrada (com aviso de recebimento) ou e-mail a todos os membros do Conselho de Administração com, no mínimo, 7 (sete) dias úteis de antecedência (ou em prazo inferior mediante o consentimento de todos os membros do Conselho de Administração, na forma do Acordo de Acionistas), informando a data, o horário e a ordem do dia dessa reunião, sempre facultando a participação dos membros por via remota e fornecendo aos conselheiros todos os documentos e informações necessários e aplicáveis à deliberação das matérias constantes da ordem do dia.

§2º -

Independente das formalidades de convocação previstas neste Estatuto Social, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração e estes tiverem expressamente renunciado às formalidades de convocação.

§3º -

As Reuniões do Conselho de Administração deverão ser conduzidas, preferencialmente, na sede da Companhia, podendo os membros do Conselho de Administração participar por vídeo, teleconferência ou qualquer outro meio que permita identificação do conselheiro e comunicação simultânea com os demais participantes da reunião, sendo que os votos poderão ser também manifestados por e-mail, se necessário, mas sempre na forma escrita e encaminhados ao Presidente do Conselho de Administração com cópia aos demais membros do Conselho de Administração, previamente ou no dia da reunião, desde que anteriormente ao encerramento da referida reunião.

§4º -

Não obstante o acima disposto, os membros do Conselho de Administração que não puderem comparecer a uma reunião do Conselho de Administração poderão (i) ser representados mediante a outorga de procuração específica a outro membro do Conselho de Administração, que votará em nome do membro do Conselho de Administração representado, na forma do parágrafo 2º acima ou (ii) enviar seu voto por escrito ao Presidente do Conselho de Administração, ou ao presidente da mesa da reunião, antes da sua instalação, via e-mail.

Em ambos os casos, o membro do Conselho de Administração que se fizer representar ou enviar seu voto será considerado como se estivesse presente à reunião.

§5º -

As reuniões do Conselho de Administração serão consideradas validamente instaladas, em primeira convocação, com a presença da maioria dos membros do Conselho de Administração, observados os termos do Acordo de Acionistas, sendo certo que se tal quórum não for cumprido dentro de 1 (uma) hora a partir do horário agendado para a reunião ou se, durante a reunião, o quórum deixar de ser cumprido por um período superior a 30 (trinta) minutos, a reunião do Conselho de Administração será adiada para o mesmo local e horário, 1 (um) dia após a data original.

Nesse caso, a reunião será instalada, em segunda convocação, com a presença da maioria dos membros do Conselho de Administração, observados os termos do Acordo de Acionistas.

§6º -

Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas no Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração, tornando-se efetivas com a assinatura de tantos membros quantos bastem para constituir o quórum requerido para a deliberação.

Artigo 13. Ao Conselho de Administração compete deliberar sobre as matérias previstas na legislação aplicável e no Acordo de Acionistas, sendo que todas serão tomadas por maioria de votos dos presentes, ressalvas as exceções previstas em lei e no Acordo de Acionistas.

§Único -

Cada membro do Conselho de Administração terá direito a um voto. No caso de empate de votos, o Presidente do Conselho de Administração terá, ainda, o voto de desempate.

Artigo 14. O Conselho de Administração poderá criar comitês com objetivos definidos, que deverão atuar como órgãos auxiliares sem poderes deliberativos, nos termos do Acordo de Acionistas e da legislação aplicável.

Ainda, o Conselho de Administração poderá estabelecer regimentos internos para o funcionamento dos referidos comitês.

Seção III. Diretoria:

Artigo 15. A Diretoria será composta por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) membros, com um mandato unificado de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, que podem ser designados de acordo com os títulos abaixo: (i) 1 (um) Diretor-Presidente, responsável pelos negócios e operações da Companhia, de acordo com o plano de negócios, orçamento anual e demais competências previstas no Acordo de Acionistas; (ii) 1 (um) Diretor Financeiro, responsável pela área prevista no art. 8º, §2º, I, da Portaria SPA/MF nº 827, de 21 de maio de 2024; (iii) 1 (um) Diretor de Integridade e Compliance, responsável pela área prevista no art. 8, §2º, IV, da Portaria SPA/MF nº 827, de 21 de maio de 2024; (iv) 1 (um) Diretor de Atendimento aos Apostadores e Ouvidoria, responsável pela área prevista no art. 8, §2º, V, da Portaria SPA/MF nn 827, de 21 de maio de 2024; (v) 1 (um) Diretor de Relacionamento com a Secretaria de Prêmios e Apostas/Ministério da Fazenda, responsável pela área prevista no art. 8, §2º, VI, da Portaria SPA/MF nº 827, de 21 de maio de 2024; e (vi) 1 (um) Diretor de Operações; e (vii) 1 (um) Diretor Administrativo.

§1º -

Apenas o cargo de Diretor de Relacionamento com a Secretaria de Prêmios e Apostas/Ministério da Fazenda poderá ser cumulado com qualquer dos demais cargos previstos no Artigo 15.

§2º -

Os Diretores da Companhia observarão as exigências da legislação aplicável e do Acordo de Acionistas.

Artigo 16. Na hipótese de ocorrer renúncia, impedimento ou incapacidade permanente, ausência, falecimento ou qualquer outro evento que resulte na vacância permanente de qualquer dos cargos dos Diretores da Companhia, deverá ser convocada reunião do Conselho de Administração para indicação do substituto, observado o disposto no Acordo de Acionistas.

Artigo 17. A Diretoria terá a função de conduzir os negócios da Companhia e implementar as decisões aprovadas pelos acionistas e pelo Conselho de Administração.

Artigo 18. A Diretoria terá poderes de representação, administração e gestão dos negócios sociais, podendo, na forma prevista neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas, validamente obrigar a Companhia, praticando todos os atos e operações necessários à consecução dos objetivos sociais.

Artigo 19. Observados os Parágrafos deste Artigo, as demais disposições deste Estatuto Social e o Acordo de Acionistas, a Companhia será representada e obrigada-se mediante assinatura: (i) do Diretor-Presidente, isoladamente; (ii) de 2 (dois) membros da Diretoria, em conjunto, sendo um deles necessariamente, (a) o Diretor Financeiro, ou (b) o Diretor de Integridade e Compliance, ou (c) o Diretor de Operações, ou (d) o Diretor Administrativo; (iii) de 1 (um) procurador em conjunto com (a) o Diretor Financeiro, ou (b) o Diretor de Integridade e Compliance, ou (c) o Diretor de Operações, ou (d) o Diretor Administrativo; ou (iv) de 2 (dois) procuradores, em conjunto, desde que nomeados com poderes especiais por procuração que delimite, de forma específica e expressa, o ato a ser praticado em nome da Companhia.

§1º -

Não será admitida a representação da Companhia por procurador, nos termos dos itens (iii) e (iv) do Artigo 19, para a celebração, alteração ou rescisão de contratos de natureza financeira, tais como contratos de empréstimo e financiamento, independentemente do valor.

§2º -

Dependerá da assinatura do Diretor-Presidente, de forma isolada, ou de 2 (dois) membros da Diretoria, sendo um deles necessariamente o Diretor de Operações, a prática, em nome da Companhia, de atos que, em uma única operação ou em uma série de operações relacionadas, resultem em: (i) outorga ou criação de qualquer espécie de garantia pela Companhia; (ii) celebração, rescisão ou alteração de quaisquer contratos que gerem obrigações para a Companhia em valor superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), incluindo, mas sem se limitar, contratos financeiros ou de prestação de serviços; (iii) aquisição, alienação ou oneração de ações, quotas ou quaisquer outros títulos ou valores mobiliários de emissão de outras sociedades ou fundos de investimentos pela Companhia.

§3º -

Observado o disposto no §1º deste Artigo 19, a Companhia poderá outorgar procurações para sua representação, mediante a assinatura do Diretor-Presidente, de forma isolada, ou de 2 (dois) membros da Diretoria, de forma conjunta, sendo um deles necessariamente, (a) o Diretor Financeiro, ou (b) o Diretor de Integridade e Compliance, ou (c) o Diretor de Operações, ou (d) o Diretor Administrativo. As procurações deverão conter a descrição completa dos poderes conferidos e, com exceção daquelas outorgadas a advogados para representação em processos judiciais ou administrativos, deverão ter prazo de validade determinado de até 12 (doze) meses e vedar o subestabelecimento, no todo ou em parte.

Capítulo VI. Conselho Fiscal:

Artigo 20. O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da lei, e será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento.

§1º -

Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito à remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger.

§2º -

O Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio.

Capítulo VII. Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Destinação do Resultado:

Artigo 21. O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

§1º -

Os resultados de cada exercício social serão elaborados pelas demonstrações financeiras previstas em lei, as quais corresponderão à proposta de destinação do lucro do exercício.

§2º -

O lucro líquido terá a seguinte destinação, observados os termos do Acordo de Acionistas: (i) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social; e (ii) 25% (vinte e cinco por cento) serão distribuídos aos acionistas como dividendos obrigatórios, exceto se de outra forma deliberado nos termos do Acordo de Acionistas; e (iii) o saldo terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral.

Artigo 22. Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos no prazo da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral, e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia.

Artigo 23. A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei.

§1º -

Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à sua conta de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço levantado.

§2º -

Também mediante decisão da Assembleia Geral, os dividendos ou dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social.

§3º -

Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório.

Capítulo VIII. Dissolução e Liquidação:

Artigo 24. A Companhia será dissolvida e entrará em liquidação nos casos previstos em lei e de acordo com as disposições do Acordo de Acionistas.

A Assembleia Geral fixará a forma de liquidação e nomeará o liquidante e o Conselho Fiscal que conduzirão a Companhia durante o período de liquidação.

Capítulo IX. Acordo de Acionistas da Companhia:

Artigo 25. Nos termos do artigo 118 da Lei das Sociedades por Ações, durante todo o período de sua duração e vigência, a Companhia observará e cumprirá todas e quaisquer disposições do Acordo de Acionistas da Companhia, arquivado na sede da Companhia, que estabelece regras relativas à administração da Companhia, ao exercício do direito de voto e à transferência de ações de emissão da Companhia, dentre outras, obrigando-se a Companhia a dar ciência de seu conteúdo aos seus administradores.

É expressamente vedado aos integrantes da assembleia geral, do conselho de administração ou da diretoria da Companhia registrar declaração de voto que seja proferida em desacordo com o que tiver sido estabelecido no Acordo de Acionistas.

As obrigações e responsabilidades resultantes de Acordo de Acionistas da Companhia serão válidas e oponíveis a terceiros.

Se qualquer disposição deste estatuto entrar em conflito com qualquer disposição do Acordo de Acionistas, o Acordo de Acionistas prevalecerá e os acionistas da Companhia usarão seus respectivos poderes para alterar este estatuto de acordo.

Capítulo X. Lei Aplicável e Resolução de Disputas:

Artigo 26. A interpretação, construção e exequibilidade deste Estatuto, bem como todos os assuntos a ele relacionados, serão regidos de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

Artigo 27. Toda e qualquer disputa ou controvérsia decorrente do presente Estatuto Social ou de qualquer modo a ele relacionado, inclusive quanto à sua existência, validade ou extinção, será resolvida por arbitragem, conforme os termos e condições previstos na Cláusula 18.22 (Dispute Resolution) do Acordo de Acionistas, as quais são incorporadas a este Estatuto Social por referência, mutatis mutandis.

Capítulo XI. Disposições Gerais:

Artigo 28. A Companhia observará o Acordo de Acionistas, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral e das reuniões do Conselho de Administração, conforme o caso, acatar declaração de voto que for proferida em desacordo com as disposições do Acordo de Acionistas.

É também vedado à Companhia aceitar ou proceder à transferência de ações ou oneração que não observar o quanto estabelecido no Acordo de Acionistas.

§Único -

No caso de qualquer divergência entre o presente Estatuto Social e o Acordo de Acionistas, as disposições do Acordo de Acionistas deverão prevalecer.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

←

ICP Brasil

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/01/2026

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

Fortec S/A Participações e Empreendimentos

CNPJ/MF nº 50.615.301/0001-06 - NIRE 35.300.000.871

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA Realizada em 05 de dezembro de 2025

data. Horário e Local: 05/12/2025, às 11 horas, na sede social de: (i) Presidente: Sr. Thales Lobo Pecanha; e (ii) Secretário: Sr. Rafael Lins e Silva Nascimento. Convocação: Edital de convocação publicado no jornal *Diário Mercantil*, em suas versões impressa e digital, nas edições dos dias 27, 28 e 29/11/2025, nos termos dos artigos 124, §1º, e 289, inciso I da Lei nº 6.404/76. Prestitação: Presenças dos acionistas titulares de ações correspondentes a 99,99% do capital social com direito à instalação, portanto, em primeira convocação, conforme assinaturas no Livro de Presenças dos Acionistas da Cia, arquivado na Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP, e no Livro de Presenças dos Acionistas da Cia, arquivado nas Demonstrações Financeiras da Cia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2024; (2) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício encerrado em 31/12/2024; (3) fixar a remuneração anual global da diretoria; (ii) Em AGE: (i) Deliberar sobre a alteração do Estatuto Social com a finalidade de estabelecer mecanismo formal de resolução de conflitos entre os acionistas e/ou entre estes e a Cia, mediante a instituição de cláusula compromissória arbitral, incluindo a eleição da câmara arbitral competente, regras procedimentais aplicáveis e demais parâmetros necessários à sua execução; (ii) Deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social, incorporando todas as alterações aprovadas e ainda não consolidadas no texto vigente, os acionistas deverão apresentar, quanto segue, o texto do EGO: Os acionistas, no âmbito de suas ações, os contratos e o Relatório de Administração, bem como o balanço Patrimonial e as demais demonstrações financeiras da Cia, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024, devidamente publicados, na forma do artigo 133 da Lei nº 6.404/76, na versão digital do jornal O Dia SP e, na mesma data, em sua edição impressa, na página 5; (i2) Em ato contínuo, os acionistas aprovaram, por maioria de votos, a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2024, nos termos da proposta da administração, consignando que o dividendo obrigatório estatutário corresponde ao percentual mínimo de 3%. Observado tal patamar mínimo, fica aprovada a distribuição de dividendos no montante total de R\$ 33.090,00, correspondente a 3% do lucro líquido do exercício. O valor ora informado será efetivamente pago aos acionistas, na forma e prazo a serem definidos pela Diretoria. (3) Em sessão de julgamento, as partes apresentaram, inclusive, audiências, em outras localidades. A arbitragem e quaisquer processos a ela relacionados serão confidenciais e as partes não deverão revelar nenhuma informação, documentação, provas ou materiais apresentados ou produzidos em qualquer demanda que não sejam de domínio público, exceto, e apenas na medida em que tal revelação: (i) decorra de força de Lei ou regulamentação; (ii) vise a proteger um direito; (iii) seja necessária para a execução judicial da sentença arbitral; ou (iv) seja necessária para a obtenção de aconselhamento legal, regulatório, financeiro, contábil ou similares. Parágrafo Único. Antes da instituição do tribunal arbitral, nos termos do Parágrafo Segundo, qualquer das partes poderá requerer ao poder judiciário medidas cautelares, antecipações de tutela ou execução específica com o propósito exclusivo de (i) assegurar a instituição da arbitragem; (ii) solicitar medidas provisórias para proteger ou salvaguardar os direitos das partes antes da constituição do tribunal arbitral, sendo certo que o eventual requerimento de medida cautelar ou antecipação de tutela não afetará, ou representará renúncia à existência, validade e eficácia desta convenção de arbitragem. Parágrafo Sexto. Após a instauração do tribunal arbitral, os requerimentos de medida cautelar ou antecipação de tutela deverão ser dirigidos ao tribunal arbitral, que poderá, ainda, confirmar, modificar ou cassar eventual medida concedida anteriormente pelo Poder Judiciário, nos termos da Lei aplicável. Parágrafo Sétimo. Para as medidas previstas nos Parágrafos Quarto e Sexto acima, as partes elegem o Foro de São Paulo/SP, como o único competente, renunciando a todos os outros, por mais especiais ou privilegiados que sejam. Parágrafo Oitavo. No curso do procedimento, as partes arcarão com as despesas da arbitragem, incluindo honorários de advogados, assistentes técnicos, tradutores, intérpretes e outros auxiliares e (b) qualquer outro outro custo decorrente da arbitragem. Medida CIESP/FIESP. A sentença arbitral fixará, além das eventuais condenações impostas pelo tribunal arbitral, e a parte perdutora arcará, proporcionalmente ao seu ingresso na demanda e no pagamento e o reembolso (i) das taxas e demais valores devidos, pagos ou reembolsados à Câmara, (ii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos árbitros, (iii) dos honorários e demais valores devidos, pagos ou reembolsados aos peritos, tradutores, intérpretes, secretários, estenotipistas e outros auxiliares eventualmente designados pelo tribunal arbitral e (iv) dos honorários advocatícios de sucumbência fixados pelo tribunal arbitral. O tribunal arbitral não condenará qualquer das Partes a pagar ou reembolsar (a) honorários contratuais ou qualquer outro valor devido, pago ou reembolsado pela parte contrária a seus advogados, assistentes técnicos, tradutores, intérpretes e outros auxiliares e (b) qualquer outro outro custo decorrente da arbitragem. (ii) Por fim, considerando que o Estatuto Social da Cia sofreu alterações em atos anteriores já arquivados perante a Jucesp, mas ainda não consolidados no texto vigente, os acionistas deliberaram consolidar o Estatuto Social, incorporando todas as alterações estatutárias arquivadas sob os seguintes atos: (a) Arquivamento JUCESP nº 260.334/16-9, em 15/06/2016; (b) Arquivamento JUCESP nº 634.809/22-2, em 27/10/2022, bem como a alteração aprovada no item (ii) de acima. Diante do exposto, os acionistas aprovaram o Estatuto Social Consolidado, que segue anexo à presente ata como Anexo II. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, deu o Presidente por encerrada a Assembleia, sendo a presente ata assinada e rubricada em todas as suas folhas pelos membros da mesa e por todos os presentes. Assinaturas: (i) Presidente: Sr. Thales Lobo Pecanha; (ii) Secretário: Sr. Rafael Lins e Silva Nascimento; (iii) Thales Lobo Pecanha; (iii) Angela Solange Fernandes Pecanha representada por procuração por Rafael Lins e Silva Nascimento; (iv) Renata Pecanha Sanchez representada por procuração por Rafael Lins e Silva Nascimento; (v) Marcelo Lobo Pecanha; (vi) Práda Participações Ltda., representada por Rita de Cássia Lobo Pecanha; (vii) Rita de Cássia Lobo Pecanha; (viii) Daniela Pecanha Meanda representada por procuração por Rafael Lins e Silva Nascimento (ix) Priscila Pecanha Meanda representada por procuração por Rafael Lins e Silva Nascimento. São Paulo, 05 de dezembro de 2025. Mesa: Thales Lobo Pecanha - Presidente, Rafael Lins e Silva Nascimento - Secretário. Jucesp - registro 436.643/25-0 em 23/12/2025. Marina Centunon Dardan - Secretária Geral. (iii) Thales Lobo Pecanha; (iii) Angela Solange Fernandes Pecanha representada por procuração por Rafael Lins e Silva Nascimento; (iv) Renata Pecanha Sanchez representada por procuração por Rafael Lins e Silva Nascimento; (v) Marcelo Lobo Pecanha; (vi) Práda Participações Ltda., representada por Rita de Cássia Lobo Pecanha; (vii) Rita de Cássia Lobo Pecanha; (viii) Daniela Pecanha Meanda representada por procuração por Rafael Lins e Silva Nascimento (ix) Priscila Pecanha Meanda representada por procuração por Rafael Lins e Silva Nascimento. São Paulo, 05 de dezembro de 2025. Mesa: Thales Lobo Pecanha - Presidente, Rafael Lins e Silva Nascimento - Secretário. Jucesp - registro 436.643/25-0 em 23/12/2025. Marina Centunon Dardan - Secretária Geral. (iii) Thales Lobo Pecanha; (iii) Angela Solange Fernandes Pecanha representada por procuração por Rafael Lins e Silva Nascimento; (iv) Renata Pecanha Sanchez representada por procuração por Rafael Lins e Silva Nascimento; (v) Marcelo Lobo Pecanha; (vi) Práda Participações Ltda., representada por Rita de Cássia Lobo Pecanha; (vii) Rita de Cássia Lobo Pecanha; (viii) Daniela Pecanha Meanda representada por procuração por Rafael Lins e Silva Nascimento (ix) Priscila Pecanha Meanda representada por procuração por Rafael Lins e Silva Nascimento. São Paulo, 05 de dezembro de 2025. Mesa: Thales Lobo Pecanha - Presidente, Rafael Lins e Silva Nascimento - Secretário. Jucesp - registro 436.643/25-0 em 23/12/2025. Marina Centunon Dardan - Secretária Geral. (iii) Thales Lobo Pecanha; (iii) Angela Solange Fernandes Pecanha representada por procuração por Rafael Lins e Silva Nascimento; (iv) Renata Pecanha Sanchez representada por procuração por Rafael Lins e Silva Nascimento; (v) Marcelo Lobo Pecanha; (vi) Práda Participações Ltda., representada por Rita de Cássia Lobo Pecanha; (vii) Rita de Cássia Lobo Pecanha; (viii) Daniela Pecanha Meanda representada por procuração por Rafael Lins e Silva Nascimento (ix) Priscila Pecanha Meanda representada por procuração por Rafael Lins e Silva Nascimento. São Paulo, 05 de dezembro de 2025. Mesa: Thales Lobo Pecanha - Presidente, Rafael Lins e Silva Nascimento - Secretário. Jucesp - registro 436.643/25-0 em 23/12/2025. Marina Centunon Dardan - Secretária Geral. (iii) Thales Lobo Pecanha; (iii) Angela Solange Fernandes Pecanha representada por procuração por Rafael Lins e Silva Nascimento; (iv) Renata Pecanha Sanchez representada por procuração por Rafael Lins e Silva Nascimento; (v) Marcelo Lobo Pecanha; (vi) Práda Participações Ltda., representada por Rita de Cássia Lobo Pecanha; (vii) Rita de Cássia Lobo Pecanha; (viii) Daniela Pecanha Meanda representada por procuração por Rafael Lins e Silva Nascimento (ix) Priscila Pecanha Meanda representada por procuração por Rafael Lins e Silva Nascimento. São Paulo, 05 de dezembro de 2025. Mesa: Thales Lobo Pecanha - Presidente, Rafael Lins e Silva Nascimento - Secretário. Jucesp - registro 436.643/25-0 em 23/12/2025. Marina Centunon Dardan - Secretária Geral. (iii) Thales Lobo Pecanha; (iii) Angela Solange Fernandes Pecanha representada por procuração por Rafael Lins e Silva Nascimento; (iv) Renata Pecanha Sanchez representada por procuração por Rafael Lins e Silva Nascimento; (v) Marcelo Lobo Pecanha; (vi) Práda Participações Ltda., representada por Rita de Cássia Lobo Pecanha; (vii) Rita de Cássia Lobo Pecanha; (viii) Daniela Pecanha Meanda representada por procuração por Rafael Lins e Silva Nascimento (ix) Priscila Pecanha Meanda representada por procuração por Rafael Lins e Silva Nascimento. São Paulo, 05 de dezembro de 2025. Mesa: Thales Lobo Pecanha - Presidente, Rafael Lins e Silva Nascimento - Secretário. Jucesp - registro 436.643/25-0 em 23/12/2025. Marina Centunon Dardan - Secretária Geral. (iii) Thales Lobo Pecanha; (iii) Angela Solange Fernandes Pecanha representada por procuração por Rafael Lins e Silva Nascimento; (iv) Renata Pecanha Sanchez representada por procuração por Rafael Lins e Silva Nascimento; (v) Marcelo Lobo Pecanha; (vi) Práda Participações Ltda., representada por Rita de Cássia Lobo Pecanha; (vii) Rita de Cássia Lobo Pecanha; (viii) Daniela Pecanha Meanda representada por procuração por Rafael Lins e Silva Nascimento (ix) Priscila Pecanha Meanda representada por procuração por Rafael Lins e Silva Nascimento. São Paulo, 05 de dezembro de 2025. Mesa: Thales Lobo Pecanha - Presidente, Rafael Lins e Silva Nascimento - Secretário. Jucesp - registro 436.643/25-0 em 23/12/2025. Marina Centunon Dardan - Secretária Geral. (iii) Thales Lobo Pecanha; (iii) Angela Solange Fernandes Pecanha representada por procuração por Rafael Lins e Silva Nascimento; (iv) Renata Pecanha Sanchez representada por procuração por Rafael Lins e Silva Nascimento; (v) Marcelo Lobo Pecanha; (vi) Práda Participações Ltda., representada por Rita de Cássia Lobo Pecanha; (vii) Rita de Cássia Lobo Pecanha; (viii) Daniela Pecanha Meanda representada por procuração por Rafael Lins e Silva Nascimento (ix) Priscila Pecanha Meanda representada por procuração por Rafael Lins e Silva Nascimento. São Paulo, 05 de dezembro de 2025. Mesa: Thales Lobo Pecanha - Presidente, Rafael Lins e Silva Nascimento - Secretário. Jucesp - registro 436.643/25-0 em 23/12/2025. Marina Centunon Dardan - Secretária Geral. (iii) Thales Lobo Pecanha; (iii) Angela Solange Fernandes Pecanha representada por procuração por Rafael Lins e Silva Nascimento; (iv) Renata Pecanha Sanchez representada por procuração por Rafael Lins e Silva Nascimento; (v) Marcelo Lobo Pecanha; (vi) Práda Participações Ltda., representada por Rita de Cássia Lobo Pecanha; (vii) Rita de Cássia Lobo Pecanha; (viii) Daniela Pecanha Meanda representada por procuração por Rafael Lins e Silva Nascimento (ix) Priscila Pecanha Meanda representada por procuração por Rafael Lins e Silva Nascimento. São Paulo, 05 de dezembro de 2025. Mesa: Thales Lobo Pecanha - Presidente, Rafael Lins e Silva Nascimento - Secretário. Jucesp - registro 436.643/25-0 em 23/12/2025. Marina Centunon Dardan - Secretária Geral. (iii) Thales Lobo Pecanha; (iii) Angela Solange Fernandes Pecanha representada por procuração por Rafael Lins e Silva Nascimento; (iv) Renata Pecanha Sanchez representada por procuração por Rafael Lins e Silva Nascimento; (v) Marcelo Lobo Pecanha; (vi) Práda Participações Ltda., representada por Rita de Cássia Lobo Pecanha; (vii) Rita de Cássia Lobo Pecanha; (viii) Daniela Pecanha Meanda representada por procuração por Rafael Lins e Silva Nascimento (ix) Priscila Pecanha Meanda representada por procuração por Rafael Lins e Silva Nascimento. São Paulo, 05 de dezembro de 2025. Mesa: Thales Lobo Pecanha - Presidente, Rafael Lins e Silva Nascimento - Secretário. Jucesp - registro 436.643/25-0 em 23/12/2025. Marina Centunon Dardan - Secretária Geral. (iii) Thales Lobo Pecanha; (iii) Angela Solange Fernandes Pecanha representada por procuração por Rafael Lins e Silva Nascimento; (iv) Renata Pecanha Sanchez representada por procuração por Rafael Lins e Silva Nascimento; (v) Marcelo Lobo Pecanha; (vi) Práda Participações Ltda., representada por Rita de Cássia Lobo Pecanha; (vii) Rita de Cássia Lobo Pecanha; (viii) Daniela Pecanha Meanda representada por procuração por Rafael Lins e Silva Nascimento (ix) Priscila Pecanha Meanda representada por procuração por Rafael Lins e Silva Nascimento. São Paulo, 05 de dezembro de 2025. Mesa: Thales Lobo Pecanha - Presidente, Rafael Lins e Silva Nascimento - Secretário. Jucesp - registro 436.643/25-0 em 23/12/2025. Marina Centunon Dardan - Secretária Geral. (iii) Thales Lobo Pecanha; (iii) Angela Solange Fernandes Pecanha representada por procuração por Rafael

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



**Acesse nosso site pelo link abaixo
ou apontando a câmera do seu
celular no QRcode ao lado.**



 Contato: (11) 3361-8833

 Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

São Paulo

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001Confira ao
lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/01/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**





Edital de Convocação Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas a ser Realizada em 12/02/2026

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Azul S.A. ("Companhia"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("LSA"), para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 12 de fevereiro de 2026, às 11:00 horas, de forma exclusivamente digital, por meio de participação pelo sistema eletrônico da plataforma Ten Meetings ("Plataforma Digital"), a qual será considerada como realizada na sede social da Companhia, localizada na Avenida Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues, nº 939, 8º andar, Edifício Jatobá, Condomínio Castelo Branco Office Park, Tamboré, CEP 06460-040, no Município de Barueri, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (1) a aprovação da alteração e reformulação integral do Estatuto Social da Companhia, cuja eficácia estará condicionada à consumação do plano de reestruturação apresentado pela Companhia e suas subsidiárias no âmbito do Chapter 11 do United States Bankruptcy Code, perante o United States Bankruptcy Court - Southern District of New York, no Estado de Nova Iorque, Estados Unidos da América (a "Consumação do Plano do Chapter 11"); (2) a aprovação da destituição da totalidade dos membros atuais do Conselho de Administração da Companhia, cuja eficácia estará condicionada à Consumação do Plano do Chapter 11; (3) a aprovação da eleição dos novos membros do Conselho de Administração da Companhia, cuja eficácia estará condicionada à Consumação do Plano do Chapter 11; (4) a aprovação do novo Plano de Outorga de Ações Restritas da Companhia, cuja eficácia estará condicionada à Consumação do Plano do Chapter 11; e (5) a aprovação do grupamento da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 75 (setenta e cinco) ações para formar 1 (uma) ação (fator de grupamento), sem que ocorra modificação no valor do capital social da Companhia. O quórum necessário para a instalação da AGE (I) em relação às deliberações (1) e (5) é de 2/3 (dois terços) das ações de emissão da Companhia com direito a voto; e (II) em relação às deliberações (2), (3) e (4) é de 1/4 (um quarto) das ações de emissão da Companhia com direito a voto. Caso o quórum legal não seja atingido, a Companhia publicará novo Edital de Convocação anunciando a data de realização da AGE em segunda convocação para deliberar sobre a(s) respectiva(s) matéria(s) cujo quórum de instalação não foi atingido. A AGE realizada em segunda convocação será instalada com a presença de qualquer número de acionistas. Nos termos do Estatuto Social da Companhia e do artigo 129 da LSA, as matérias integrantes da Ordem do Dia serão aprovadas mediante voto favorável de acionistas titulares da maioria das ações ordinárias de emissão da Companhia presentes à AGE. Em cumprimento ao artigo 5º da Resolução CVM 81/22, o percentual mínimo de participação no capital social necessário à requisição da adoção do voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração na AGE é de 5% (cinco por cento) do capital votante, nos termos da Resolução CVM nº 70/22. A prerrogativa de requerer a adoção do processo de voto múltiplo deverá ser exercida nos termos do § 1º do artigo 141 da LSA. A Administração esclarece, ainda, que os acionistas titulares de ações ordinárias representativas de 15% (quinze por cento) do capital votante da Companhia poderão requerer eleição em separado de membro do Conselho de Administração, nos termos do art. 141, §4º a §6º da LSA. Instruções Gerais: Nos termos do artigo 126 da LSA, os acionistas titulares de ações escriturais mantidas junto à Itaiú Corretora de Valores S.A. ("Itaiú") ou à Central Depositária da B3 poderão participar da AGE: (i) pessoalmente ou por seus representantes legais; ou (ii) por procuradores devidamente constituídos, em qualquer caso, de forma digital. As procurações deverão ser outorgadas em conformidade com o artigo 126 da LSA. As diretrizes sobre a documentação exigida, conforme o caso, estão resumidas abaixo e detalhadas na Proposta da Administração para a AGE. Participação: Os acionistas (ou seus representantes ou procuradores) deverão realizar o cadastro na Plataforma Digital por meio do link https://assembleia.ten.com.br/923452764 até 10 de fevereiro de 2026, fornecendo as seguintes informações e documentos obrigatórios, conforme aplicável: (i) se pessoa física: documento de identificação original com foto (exemplos: RG, RNE, CNH ou carteiras de classe profissional oficialmente reconhecidas) ou documento de identificação original com foto do procurador, acompanhado da correspondente procuração, caso aplicável; (ii) se pessoa jurídica: cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação original com foto dos representantes legais; e (iii) se fundo de investimento: cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do administrador ou gestor, além da documentação societária outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação original com foto dos representantes legais. Além disso, o acionista deverá apresentar comprovante atualizado da titularidade das ações nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, emitido pelo Itaiú e/ou por instituição custodiante. Boletim de Voto a Distância: A Companhia disponibilizará sistema de voto à distância para a AGE, nos termos do artigo 121, parágrafo único, da LSA e da Resolução da CVM nº 81/22, permitindo aos acionistas votar à distância por meio de: (i) envio do boletim de voto à distância ("Boletim") diretamente à Companhia por intermédio da Plataforma Digital; (ii) no caso de ações depositadas na Central Depositária da B3: (iii) envio de instruções de voto diretamente à Central Depositária da B3, conforme seus procedimentos e documentação exigida; ou (iv) envio de instruções de voto às instituições custodiantes, que encaminharão os votos à Central Depositária da B3, observados os procedimentos e documentação exigidos pela respectiva instituição custodiante; ou (v) no caso de ações mantidas junto ao Itaiú, envio de instruções de voto diretamente ao Itaiú, conforme seus procedimentos e documentação exigida. As diretrizes detalhadas para o exercício do direito de voto por meio do Boletim estão disponíveis na Proposta da Administração para a AGE. A Proposta da Administração, contendo todas as informações necessárias para o melhor entendimento das matérias a serem deliberadas na AGE e dos procedimentos para obtenção, encontra-se disponível na sede da Companhia, no seu website de Relações com Investidores (https://ri.voeazul.com.br/), bem como nos websites da CVM (https://www.gov.br/cvm/), da B3 (https://www.b3.com.br/) e da U.S. Securities and Exchange Commission - SEC (https://www.sec.gov/), nos termos do artigo 124, § 6º, e do artigo 135, § 3º, da LSA e do artigo 7º da Resolução CVM 81/22. Barueri/SP, 22 de janeiro de 2026. David Gary Neeleman, Presidente do Conselho de Administração. (22, 23 e 24/01/2026)

Serra Azul Water Park S.A.

CNPJ/MF nº 00.545.378/0001-70

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da Serra Azul Water Park S.A., sociedade por ações com sede no Município de Itupeva, Estado de São Paulo, na Avenida Serra Azul nº 1.000, Bairro Rio Abaixo, CEP 13299-602, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 00.545.378/0001-70 ("Companhia"), com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP) sob o NIRE 35.3.0014168-7, em sessão de 6 de abril de 1995, e demais alterações, para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada no dia 30 de janeiro de 2026, às 13:00 horas em primeira convocação e, não havendo a presença de acionistas titulares de um quarto (1/4) das ações da Companhia com direito a voto, às 13:30 horas em segunda convocação, com qualquer número de presentes, de modo exclusivamente digital (por meio da plataforma eletrônica Zoom, cujas informações de acesso serão franqueadas com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos, via e-mail ou Whatsapp previamente fornecidos pelo acionista à administração da Companhia), com a seguinte Ordem do Dia: 1. examinar, discutir e deliberar sobre a proposta da administração da Companhia para distribuição e pagamento aos acionistas da Companhia, em complementação à deliberação tomada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de dezembro de 2025, dos dividendos apurados pela Companhia no período remanescente do exercício social de 2025, isto é, entre 1 e 31 de dezembro de 2025; 2. autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à execução da deliberação prevista no item 1 desta Ordem do Dia; e 3. Outros assuntos de interesse da Companhia. Os acionistas da Companhia que desejarem se fazer representados por procurador na Assembleia deverão enviar as respectivas procurações devidamente assinadas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da data da realização da Assembleia. Itupeva/SP, 22 de janeiro de 2026. Alain Baldacci – Diretor Presidente da Serra Azul Water Park S.A. (22, 23 e 24/01/2026)

Cia. Nitro Química Brasileira

CNPJ nº 61.150.348/0001-50 – NIRE 35.300.054.547

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de dezembro de 2025

1. Data, Hora e Local: Aos 15 dias do mês de dezembro de 2025, às 9h, na sede da Companhia Nitro Química Brasileira ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. José Artur Nova, nº 951, São Miguel Paulista, CEP 08090-000. 2. Convocação e Presença: Presentes todos os membros do Conselho de Administração da Companhia, os Srs. Lucas Santos Rodas, Paulo Zucchi Rodas, Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves, Alexandre Gonçalves Silva, Gustavo Figueira de Almeida e Albuquerque e Maurício Parolin Russomanno, em razão do que fica dispensada a exigência de convocação, nos termos do Art. 15, §1º, do Estatuto Social da Companhia. 3. Mesa: Presidente: Lucas Santos Rodas; Secretário: Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves. 4. Ordem do Dia: Deliberar acerca da distribuição de dividendos. 5. Deliberações: Aprovar, nos termos do artigo 28 do Estatuto Social, com base no balanço especialmente levantado na data-base de 31 de outubro de 2025, a distribuição de dividendos intermediários no valor total de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), sendo (i) R\$ 119.344.000,00 (cento e dezesseis milhões, trezentos e quarenta e quatro mil reais) à conta da Reserva de Investimentos da Companhia, e (ii) R\$ 180.656.000,00 (cento e oitenta milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil reais) à conta de lucros acumulados referentes ao exercício de 2025 e observadas as disposições do artigo 5º e respectivos parágrafos do Estatuto Social, sendo o valor do dividendo por ação de (a) aproximadamente R\$ 1,7749 (um real, setenta e sete centavos e quarenta e nove décimos de milésimo) por ação ordinária e por ação preferencial classe A; e (b) aproximadamente R\$ 44,5331 (quarenta e quatro reais, cinquenta e três centavos e um décimo de milésimo) por ação preferencial das classes B e C. a. Os dividendos deliberados neste ato serão imputados ao dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2025, nos termos do art. 30 do Estatuto Social da Companhia. b. Excepcionalmente, os valores ora distribuídos como dividendos aos acionistas serão pagos, creditados, entregues ou empregados até 31 de dezembro de 2028, nos termos da Lei 15.270/25, conforme disponibilidade de caixa e a critério dos Diretores da Companhia, sem remuneração ou atualização monetária, no domicílio bancário fornecido pelos acionistas. c. Farão jus aos dividendos os acionistas comprovadamente titulares das ações da Companhia na presente data, considerando a espécie e classe de ações detidas e a ordem de preferência estabelecida no Estatuto Social, conforme detalhado no Anexo I desta ata, que é documento restrito e de uso interno da Companhia 5.1. Os Diretores da Companhia ficam autorizados a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima. 6. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada e depois lida, aprovada e assinada pelos presentes. 7. Assinaturas: Mesa: Presidente: Lucas Santos Rodas; Secretário: Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves. Membros do Conselho de Administração presentes: Lucas Santos Rodas, Paulo Zucchi Rodas, Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves, Alexandre Gonçalves Silva, Gustavo Figueira de Almeida e Albuquerque e Maurício Parolin Russomanno. São Paulo, 15 de dezembro de 2025. Certifico que a presente ata confere com a original lavrada em livro próprio. JUCESP nº 008.825/26-9 em 20/01/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Modernna Ambiental S.A.

CNPJ/MF nº 23.733.677/0001-34 – NIRE 35.300.485.131

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14/07/2025

Data, Local, Hora: 14/07/2025, às 15:00 horas, na sede social da Companhia, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Eng. Antônio Jovino, nº 220, 6º andar, cj. 61, sala B. Convocação: Dispensadas as formalidades legais de convocação, conforme o disposto no artigo 124, § 4º da Lei nº 6.404, de 15.12.76 ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia. Presença: Presente a totalidade dos acionistas da Companhia. Mesa: Presidente: Adilson Alves Martins. Secretário: Bruno de Bartolo Martins. Ordem do Dia: deliberar sobre, (i) o pedido de renúncia ao cargo de diretor apresentado pelo Sr. Leonel Herman Emilio Bustia; (ii) Eleição dos membros da Diretoria. Deliberações: Os acionistas deliberaram, por unanimidade de votos, aprovar, pela unanimidade dos acionistas, as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia, (I) aceitar a renúncia ao cargo de diretor apresentada, em 1º de julho de 2025 pelo Sr. Marcelo Duarte de Oliveira, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 12.712.886-SSP-SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 022.212.388-50; (II) em razão da renúncia, aprovar, para um novo mandato de 2 (dois) anos, sem reservas e/ou ressalvas, a reeleição do Sr. Adilson Alves Martins, brasileiro, separado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 16.479.978-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 076.046.848-66, residente e domiciliado nesta capital, com endereço comercial na Rua Eng. Antônio Jovino, nº 220, 6º andar, cj. 61, sala B, CEP 05727-220, São Paulo, SP, para ocupar o cargo de Diretor Presidente da Companhia e a reeleição do Sr. Bruno de Bartolo Martins, brasileiro, solteiro, biólogo, portador da cédula de identidade RG, nº 37.728.731-3 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 383.776.118-56, com endereço comercial na Rua Eng. Antônio Jovino, nº 220, 6º andar, cj. 61, sala B, CEP 05727-220, São Paulo, SP, para o cargo de Diretor sem designação específica. Os diretores ora reeleitos iniciam o novo mandato à partir da presente data, assinam a ata, bem como o termo de posse (anexo I), e declaram expressamente, sob as penas da lei, que não estão incursos em nenhum dos crimes que os impeçam de exercer atividades mercantis ou administrar a sociedade, bem como que não estão condenados ou sob efeitos de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, acesso a cargos públicos; ou que não estão condenados ou sob efeito de condenação por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou, ainda, por crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. São Paulo, 14 de julho de 2025. Assinaturas: Presidente: Adilson Alves Martins. Secretário: Bruno de Bartolo Martins. Acionistas: Sustentare Saneamento S.A. e Adilson Alves Martins. Presidente: Adilson Alves Martins; Secretário: Bruno de Bartolo Martins. Acionistas: Sustentare Saneamento S.A. Adilson Alves Martins Cargo: Diretor Presidente, Bruno de Bartolo Martins Cargo: Diretor; Adilson Alves Martins Adilson Alves Martins. Diretores: Adilson Alves Martins – Diretor Presidente; Bruno de Bartolo Martins – Diretor. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 297.516/25-9 em 15/08/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Painco Indústria e Comércio S.A.

CNPJ nº 56.563.976/0001-27 – NIRE 35300019482

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de novembro de 2025

Data: 26 de novembro de 2025, às 9:00 horas. Local: Rodovia Nelson Caproni, s/nº, km 2,5, Bairro Vitoria Perim Cezarino, na Cidade de Rio das Pedras, Estado de São Paulo. Convocação e Quorum: Dispensada pela presença dos acionistas representando a totalidade do capital social. Mesa Diretora: Presidente: Antonio João Severino; Secretário: Carlos Alberto Severino, para discutir a: Ordem do Dia: a) Distribuição de Dividendos: Deliberações: Discutido, votado e aprovado por unanimidade: 1. Distribuição de dividendos de exercícios anteriores aos acionistas de parte dos resultados da conta lucros acumulados no valor de R\$ 17.999.998,57 (dezessete milhões novecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e oito reais e cinquenta e sete centavos), de acordo com as percentagens de participação de cada acionista no capital social da empresa, sendo que caberá aos usufrutuários das ações dos acionistas de Lucas Severino Castalani e Matheus Montagnani (Nu Proprietários) receberem de acordo com as percentagens doadas a saber: Joana Salmazi Severino 7,4926% (sete vírgula quarenta e nove e vinte e seis por cento); Marcia Cristina Montagnani 3,7463 % (três vírgula setenta e quatro vírgula sessenta e trespor cento) e Maria Luciane Severino Castalani 3,7463% (três vírgula setenta e quatro e sessenta e três por cento). Encerramento: tomando a palavra, o Sr. Presidente colocou a disposição dos acionistas para quem dela quisesse fazer uso, nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a assembleia, sendo que todas as deliberações foram tomadas por unanimidade pela assembleia geral. Lavrada a presente ata e lida segue assinada por todos os presentes. Rio das Pedras, 26 de novembro de 2025. (a. a) Antonio João Severino - Presidente; Carlos Alberto Severino - Secretário. Acionistas: Antonio João Severino; Lucas Severino Castalani; Matheus Montagnani; Jag Participações Societárias Ltda. representada por Daniela Beatriz Gobbo Cordeiro; Armando Luiz Degaspari Junior; Denise Aparecida Degaspari Severino. Declaramos estar conforme o original. JUCESP nº 009.155/26-0 em 22/01/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Cia. Nitro Química Brasileira

CNPJ nº 61.150.348/0001-50 – NIRE 35300054547

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de dezembro de 2025

1. Data, Hora e Local: Aos 16 dias do mês de dezembro de 2025, às 09 horas, na sede da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Dr. José Artur Nova, nº 951, CEP 08090-000 ("Companhia"). 2. Convocação e Presença: Dispensada a convocação prévia, conforme disposto no Artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A."), e na forma do artigo 8º, §2º, do Estatuto Social da Companhia, em decorrência de estarem presentes os acionistas titulares das ações representativas da totalidade do capital social da Companhia, conforme se verifica das assinaturas constantes no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. 3. Mesa: Presidente: Lucas Santos Rodas; Secretário: Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves. 4. Ordem do Dia: Deliberar sobre as seguintes matérias: (i) aumento do capital social da Companhia; (ii) consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iii) autorizar a administração da Companhia a praticar todos e quaisquer atos necessários à implementação das deliberações tomadas nesta Assembleia Geral Extraordinária. 5. Deliberações: Foram tomadas as seguintes deliberações, pela unanimidade dos acionistas presentes, sem qualquer restrição ou ressalva: 5.1. Aprovar a lavratura da presente ata a que se refere esta Assembleia Geral Extraordinária na forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei das S.A. 5.2. Aprovar a emissão de 29.051.404 (vinte e nove milhões, cinquenta e uma mil, quatrocentas e quatro) novas ações, nominativas e sem valor nominal, no valor de emissão total de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), sendo: (i) 21.507.204 (vinte e um milhões quinhentas e sete mil, duzentas e quatro) novas ações ordinárias, ao valor de emissão total de R\$ 38.172.516,77 (trinta e oito milhões, cento e setenta e dois mil, quinhentos e dezesseis reais setenta e sete centavos), equivalente ao preço de emissão aproximado de R\$ 1,7749 por ação ordinária; (ii) 1.733.919 (um milhão, setecentas e trinta e três mil, novecentas e dezenove) novas ações preferenciais Classe A, ao valor de emissão total de R\$ 3.077.483,23 (três milhões, setenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e três reais e vinte e três centavos), equivalente ao preço de emissão aproximado de R\$ 1,7749 por ação preferencial Classe A; (iii) 5.376.801 (cinco milhões, trezentas e setenta e seis mil, oitocentas e uma) novas ações preferenciais Classe B, ao valor de emissão total de R\$ 239.445.786,98 (duzentos e trinta e nove milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil setecentos e oitenta e seis reais e noventa e oito centavos), equivalente ao preço de emissão aproximado de R\$ 44,5331 por ação preferencial Classe B; e (iv) 433.480 (quatrocentas e trinta e três mil, quatrocentas e oitenta) novas ações preferenciais Classe C, ao valor de emissão total de R\$ 19.304.213,02 (dezenove milhões, trezentos e quatro mil, duzentos e treze reais e dois centavos) equivalente ao preço de emissão aproximado de R\$ 44,5331 por ação preferencial Classe C. As ações ora emitidas são totalmente subscritas na presente data pelos acionistas da Companhia, mediante integralização por capitalização dos créditos detidos pelos respectivos acionistas em face da Companhia na presente data, correspondente aos dividendos distribuídos pela Companhia, conforme deliberado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 15 de dezembro de 2025, de acordo com os valores e nos termos da lista de subscrição que constitui o Anexo I à ata desta Assembleia. 5.3. Do valor total de emissão referido no item 5.2 acima: (i) R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) será destinado à formação do capital social da Companhia; e (ii) R\$ 299.000.000,00 (duzentos e noventa e nove milhões de reais), correspondentes à parcela do preço de emissão que ultrapassa a importância destinada à formação do capital social, será classificado como reserva de capital da Companhia, na forma do artigo 182, §1º, alínea "a", da Lei das S.A. 5.4. Em decorrência da emissão de ações e do aumento de capital ora deliberados, o capital social da Companhia passará de R\$ 183.897.349,32 (cento e oitenta e três milhões, oitocentos e noventa e sete mil, trezentos e quarenta e nove reais e trinta e dois centavos), e o número total de ações passará de 29.074.570 (vinte e nove milhões, setenta e quatro mil, quinhentas e setenta) para 58.125.974 (cinquenta e oito milhões, cento e vinte e cinco mil, novecentas e setenta e quatro) ações. Em razão do exposto, aprovar a alteração da redação do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5º - O capital social é de R\$ 184.897.349,32 (cento e oitenta e quatro milhões, oitocentos e noventa e sete mil, trezentos e quarenta e nove reais e trinta e dois centavos), dividido em 58.125.974 (cinquenta e oito milhões, cento e vinte e cinco mil, novecentas e setenta e quatro) ações, sendo 43.014.408 (quarenta e três milhões, quatorze mil, quatrocentas e oito) ações ordinárias, 3.486.371 (três milhões, quatrocentas e oitenta e seis mil, trezentas e setenta e uma) ações preferenciais Classe A, 10.753.602 (dez milhões, setecentas e cinquenta e três mil, seiscentas e duas) ações preferenciais Classe B e 871.593 (oitocentas e setenta e uma mil, quinhentas e noventa e três) ações preferenciais Classe C, todas nominativas e sem valor nominal." 5.5. Autorizar os administradores da Companhia a praticar todos e quaisquer atos necessários à implementação das deliberações tomadas nesta Assembleia Geral Extraordinária. 6. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata na forma de sumário dos fatos ocorridos, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei das S.A., a qual, após lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. 7. Assinaturas: Mesa: Presidente: Lucas Santos Rodas; Secretário: Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves. Acionistas presentes: Lucas Santos Rodas, Paulo Zucchi Rodas, Gustavo Figueira de Almeida e Albuquerque, Guilherme Vidigal Andrade Gonçalves, Ingra de Queiroz Flecha, Débora Sautchuk Aramuni, Francisco José Carrara Fava, Elias da Silva Assafraão, Danilo Correa de Oliveira, Breno Gurgel do Amaral Jovino Marques, Campen Investimentos e Participações S.A., (p.p. André Reginato e André Oliveira Perosa), Felipe Fomazari Subtil, Marcos de Barros Cruz, Henrique Hiroyuki Takahashi, Marcos Romanoski, Marcelo Prevedello Sarzi, Marcos Roberto Bontempo, Renata Maria Serra, Thais Moraes de Freitas Marcondes, Thiago Sampaio de Athayde, Pedro Henrique Junqueira Torsone, Tiago Ribeiro da Mota, Ricardo Norio Iwamoto e Faro Capital Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (Por: Raína Gestora de Recursos Ltda. (Gestora), p.p. André Oliveira Perosa e Gabriel Eduardo Sousa Lima). São Paulo, 16 de dezembro de 2025. Certifico que a presente ata confere com a original lavrada em livro próprio. JUCESP nº 008.819/26-9 em 20/01/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 24/01/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

